

INSTRUÇÕES

Leia ATENTAMENTE as INSTRUÇÕES abaixo, **antes de iniciar a prova:**

1. O candidato recebe, juntamente com este **Caderno de Provas**, o **Cartão-Resposta**, único e insubstituível. **Conferir a escrita correta do nome constante no Cartão-Resposta.**
2. O **Cartão-Resposta** apresenta um campo em que o candidato deve assinar.
3. Este **Caderno de Provas** contém 30 questões, todas com 5 (cinco) alternativas.
4. Para cada questão existe apenas UMA resposta a ser assinalada pelo candidato.
5. O valor de cada questão das provas é 0,33 (trinta e três décimos de ponto)
6. O **Caderno de Provas** só será trocado se apresentar problema de impressão, caso isso ocorra, solicite ao **Fiscal de Sala** que tome as providências necessárias.
7. Ao terminar a Prova, o candidato deverá entregar ao **Fiscal de Sala** o seu **Cartão-Resposta** e o seu **Caderno de Prova**.
8. A interpretação das questões, bem como das instruções, fazem parte da prova.
9. Eventuais questionamentos sobre a elaboração de questões, podem ser comunicados ao fiscal. Contudo, **NÃO AGUARDE RESPOSTA**, pois a ocorrência constará em ata pelo **Fiscal de Sala**, para que a respectiva questão seja analisada posteriormente. Na dúvida, assinale a que mais lhe convier.
10. Sobre o **Cartão-Resposta**:
 - preencha totalmente o círculo correspondente à letra escolhida com caneta esferográfica tinta azul ou preta;
 - a rasura no **Cartão-Resposta** anula a respectiva resposta;
 - não será fornecido outro **Cartão-Resposta**;
 - não será atribuído ponto à questão que tenha como resposta mais de uma alternativa assinalada no **Cartão-Resposta**;
 - o **Cartão-Resposta** será lido por leitora ótica.
 - o preenchimento do **Cartão-Resposta** deve ser feito dentro do horário normal de prova.
11. Na última página do **Caderno de Provas**, o candidato encontrará um espaço para anotar suas respostas, de acordo com as preenchidas do Cartão-Resposta.
Se desejar, preencha-o, recorte-o e leve-o consigo.
12. A **duração da prova** é de 4 (quatro) horas,
13. A saída do candidato só será permitida após transcorrida 1 (uma) hora do início da prova.
14. Os três últimos candidatos a terminar a prova deverão permanecer na respectiva sala para saída conjunta.
15. Os **Cadernos das Provas Objetivas** e o **Gabarito Oficial**, contendo as alternativas corretas às respectivas questões, serão divulgados a partir das 18 horas do dia seguinte ao da prova.
16. O resultado do concurso será publicado no **Site e no Órgão Oficial do Município**.

Goioere, Junho de 2010.

A COMISSÃO

PROVA PARA O CARGO DE ADVOGADO

Questão 01

Tendo em vista encarecer a idéia de que através do poder de polícia pretende-se, em geral, *evitar um dano*, costuma-se caracterizá-lo como um poder *negativo*. Ao contrário da prestação de serviços públicos, que se preordena a uma ação positiva, com obtenção de resultados positivos, como é o oferecimento de uma comodidade ou utilidade aos cidadãos, o poder de polícia seria negativo, pois sua função cingir-se-ia a *evitar um mal*, proveniente da ação dos particulares. Analisando esta afirmativa, é correto afirmar:

- a) a afirmativa não procede, é excessivamente simplista;
- b) a afirmativa é totalmente procedente, pela complexidade do poder de polícia;
- c) a afirmativa procede, em absoluto, pois, o poder de polícia tem um sentido realmente negativo, na sua totalidade e não comporta exceções;
- d) a afirmativa procede parcialmente, pois, o poder de polícia tem um sentido positivo, na sua quase totalidade;
- e) a afirmativa procede, como ocorrem nas limitações do direito de construir, firmadas em favor de um objetivo urbanístico estético.

Questão 02

O poder de polícia administrativa:

- a) consiste sempre em uma atividade discricionária, como é o caso das licenças;
- b) consiste sempre em uma atividade vinculada, como é o caso das autorizações;
- c) se expressa ora através de atos no exercício de competência discricionária, ora através de atos vinculados;
- d) não restringe a propriedade;
- e) não restringe a liberdade.

Questão 03

Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local. Por interesse local, compreende-se:

- a) que deve existir sempre um peculiar ou exclusivo interesse do Município;
- b) que basta o assunto ser de interesse local, ou seja, a preponderância do interesse do Município sobre o do Estado ou da União;
- c) que deve existir um interesse local amparado por um peculiar e exclusivo interesse do Município, sendo este fundamental para qualquer ato legislativo municipal;
- d) que deve existir um interesse local ou um peculiar e exclusivo interesse do Município; pois, a diferença dos termos é meramente fraseológica;
- e) que basta o assunto ser de interesse local, em que pese o silêncio do texto constitucional sobre o assunto.

Questão 04

Descentralização e desconcentração são conceitos claramente distintos, pois:

- a) a descentralização pressupõe pessoas jurídicas diversas, em uma relação de subordinação;
- b) a desconcentração pressupõe duas ou mais pessoas; pois, cogita-se da distribuição de competências, mantendo-se, no entanto, o liame unificador da hierarquia;
- c) pela descentralização rompe-se uma unidade personalizada e não há vínculo hierárquico entre a Administração Central e a pessoa estatal descentralizada;
- d) a desconcentração está sempre referida a duas ou mais pessoas, pois cogita-se da distribuição de competências na intimidade dela, sem vínculo hierárquico;
- e) pela descentralização rompe-se uma unidade personalizada, mantendo-se o vínculo hierárquico entre a Administração Central e a pessoa estatal descentralizada.

Questão 05

Nos termos do Decreto Municipal n.º 3.385/2008: "O Servidor efetivo não poderá desempenhar atribuições que não sejam inerentes ao seu cargo efetivo, sob pena de responsabilidade funcional da autoridade que der motivo ao desvio de função..." Com base nestes termos, e demais disposições do referido Decreto, podemos afirmar:

- a) não existe exceção, uma vez nomeado, o Servidor incorrerá sempre em desvio de função se desempenhar atribuições que não sejam inerentes ao seu cargo efetivo;
- b) quando o Servidor for nomeado para exercer cargo em comissão, ou para exercer encargos especiais, por expressa determinação do chefe do Poder Executivo e com concordância do funcionário, não ocorrerá o desvio de função;

- c) verificado o desvio de função, o servidor será afastado das atribuições do cargo de origem, sem prejuízo das sanções previstas na legislação em vigor;
- d) verificado o desvio de função, o servidor será afastado das atribuições do cargo em comissão e das atribuições do cargo de origem, sem prejuízo das sanções previstas na legislação em vigor;
- e) o detentor de cargo efetivo deverá, sempre que possível, cumprir sua jornada de trabalho de forma integral ou parcial, conforme a carga horária estabelecida pelo seu superior hierárquico.

Questão 06

No que se refere aos conceitos da Lei n.º 1.883/2009 – *Estabelece o Plano de Cargos, Salários e Carreira do Magistério Público do Município de Goioerê, institui o respectivo quadro de cargos e funções e dá outras providências* – analise as seguintes definições e relacione, em seguida, suas ordens aos respectivos termos, abaixo descritos, assinalando a alternativa correta:

- I- ...é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um educador/professor;
- II- ...é o conjunto de atividades correlatas ou afins, quanto a natureza dos respectivos trabalhos ou ao ramo de conhecimento aplicados ao seu desempenho, abrangendo séries de classes ou classes singulares;
- III- ...é o conjunto de funções, atribuições e cargos específicos do pessoal integrado ao mesmo serviço, estruturados em forma progressiva de ascensão funcional;
- IV- ...é o conjunto de classes do mesmo gênero de atividades funcionais, dispostas hierarquicamente em diferentes níveis, segundo o grau de qualificação e atribuição correspondentes, constituindo a linha horizontal de formação ascensional do professor ou especialista de educação;
- V- ...é o conjunto de cargos com vencimento ou remuneração fixados segundo o nível de habilitação e qualificação.

Desta forma, a alternativa correta é:

- a) I-CARGO; II-GRUPO OCUPACIONAL; III-CARREIRA; IV-CLASSE; V-SÉRIE DE CLASSES;
- b) I-GRUPO OCUPACIONAL; II-CARGO; III-CARREIRA; IV-SÉRIE DE CLASSES; V-CLASSE;
- c) I-GRUPO OCUPACIONAL; II-CARGO; III-CARREIRA; IV-CLASSE; V-SÉRIE DE CLASSES;
- d) I-CARREIRA; II-GRUPO OCUPACIONAL; III-CARGO; IV-SÉRIE DE CLASSES; V-CLASSE;
- e) I-CARGO; II-GRUPO OCUPACIONAL; III-CARREIRA; IV-SÉRIE DE CLASSES; V-CLASSE.

Questão 07

No que se refere aos preceitos da Lei n.º 1.884/2009 – *Estabelece o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores do Município de Goioerê...* –, é incorreto afirmar:

- a) os Secretários Municipais são agentes políticos nomeados e titulares dos cargos estruturais na organização política do Município, ocupantes dos cargos que compõem o arcabouço constitucional do Município;
- b) os agentes políticos serão remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra espécie remuneratória, o que nos permite referir-se à remuneração dos agentes políticos meramente como subsídio.
- c) os cargos de Assessoramento são de natureza em comissão ou em Função Gratificada, declarados por lei de livre nomeação e exoneração, são ocupados, independentemente de concurso público, mediante ato discricionário da Administração, motivo pelo qual aquele que o exerce não adquire direito à continuidade da função.
- d) os cargos de Controlador Interno e Procurador Jurídico são de natureza política, portanto, caracterizados como servidores públicos;
- e) a remuneração dos cargos de Assessoramento em Assessoria Jurídica, Contábil e Controlador Interno em comissão limita-se em 50% dos subsídios mensais do Prefeito Municipal.

Questão 08

O prefeito é:

- a) um servidor público;
- b) um agente político;
- c) um agente especial;
- d) um servidor político;
- e) um agente estatutário.

Questão 09

A capacidade atribuída ao administrador para distribuir funções e organizar as atividades administrativas está relacionada ao:

- a) poder hierárquico;
- b) poder disciplinar;
- c) poder regulamentar;
- d) poder de polícia;
- e) poder apositivo.

Questão 10

A Lei Federal n.º 12.016/2009, traz nova regulamentação ao Mandado de Segurança, sendo correto afirmar que:

- a) a nova lei altera a expressão "alguém" utilizada pela lei anterior por "qualquer pessoa física", extirpando eventual entendimento acerca da possibilidade do uso da ação por pessoa jurídica;
- b) a nova lei dispõe expressamente a impossibilidade de cabimento do *mandamus* contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública, assim já entendida, no passado, pela jurisprudência;
- c) a nova lei inova ao prever que, em caso de urgência, é permitido impetrar o mandado de segurança por telegrama ou radiograma ao juiz competente, que poderá determinar que seja feita, pela mesma forma, a notificação a autoridade coatora;
- d) a nova lei acrescentou o *habeas data*, adaptando-se ao que dispõe o texto constitucional;
- e) a nova lei inova ao dispor que, quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.

Questão 11

No que se refere à culpa civil, analise as seguintes possibilidades de evento danoso, relacionando, em seguida, suas ordens às respectivas classificações do conteúdo da conduta culposa, abaixo descritas, assinalando a alternativa correta:

- I- tráfego de veículo em alta velocidade sob chuva copiosa;
- II- enorme vaso em pequeno espaço de parapeito de janela;
- III- agressão por cão de grande porte passeando sem a coleira;
- IV- ausência de manobrista da estação no instante da operação;
- V- motorista empregado que, em serviço, abalroa veículo.

Desta forma a respectiva classificação da conduta culposa é:

- a) I-culpa in vigilando; II-culpa in eligendo; III-culpa in faciendo; IV-culpa in omittendo; V-culpa in custodiendo;
- b) I-culpa in faciendo; II-culpa in eligendo; III-culpa in vigilando; IV-culpa in omittendo; V-culpa in custodiendo;
- c) I-culpa in faciendo; II-culpa in custodiendo; III-culpa in vigilando; IV-culpa in omittendo; V-culpa in eligendo.
- d) I-culpa in faciendo; II-culpa in custodiendo; III-culpa in vigilando; IV-culpa in eligendo; V-culpa in omittendo.
- e) I-culpa in faciendo; II-culpa in vigilando; III-culpa in custodiendo; IV-culpa in omittendo; V-culpa in eligendo.

Questão 12

A responsabilidade das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista pela atividade de seus agentes, que cause dano a terceiros baseia-se:

- a) no risco administrativo;
- b) no risco social;
- c) na culpa administrativa;
- d) na culpa civil;
- e) no risco integral.

Questão 13

A escolha de um secretário pelo prefeito municipal é ato:

- a) vinculado;
- b) discricionário;
- c) regulamentar;
- d) hierárquico;
- e) suplementar.

Questão 14

O ato administrativo que materializa a *aposentação* de servidor aos setenta anos de idade é de caráter:

- a) discricionário;
- b) regulamentar;
- c) regrado;
- d) disciplinar.
- e) suplementar.

Questão 15

Analisar os itens abaixo e, a seguir, no que se refere aos requisitos/pressupostos do ato administrativo, assinale a alternativa que contém a respectiva associação:

- I- limite de atribuições definido em lei;
- II- conteúdo do ato e onde Administração externa sua vontade;
- III- razões de fato e de direito ensejadoras da prática do ato;
- IV- exteriorização do ato;
- V- elemento vinculado do ato e definidor do interesse público.

Desta forma a alternativa correta é:

- a) I-finalidade; II-forma; III-competência; IV-objeto; V-causa.
- b) I-competência; II-objeto; III-causa; IV-forma; V-finalidade;
- c) I-causa; II-forma; III-competência; IV-objeto; V-finalidade;
- d) I-competência; II-finalidade; III-causa; IV-forma; V-objeto;
- e) I-competência; II-objeto; III-causa; IV-finalidade; V-forma.

Questão 16

A celebração de contrato pela Administração com preterição de ordem classificatória das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório gera:

- a) nulidade do contrato;
- b) revogação do contrato;
- c) cancelamento do contrato;
- d) anulação do contrato;
- e) apostilamento do contrato.

Questão 17

A não liberação pela Administração da área objeto da execução da obra exprime:

- a) motivo hábil para o adiamento por trinta dias do início dos trabalhos;
- b) fato da administração;
- c) fato do príncipe;
- d) desistência contratual pela Administração;
- e) caso fortuito.

Questão 18

“Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso”. Esta alteração do contrato administrativo, prevista na lei federal, ampara-se no seguinte instituto:

- a) princípio da clivagem;
- b) fato do príncipe;
- c) força maior;
- d) fato da administração;
- e) caso fortuito.

Questão 19

A caducidade da concessão de serviço público significa:

- a) a retomada do serviço pela Administração, durante o contrato, fundada no interesse coletivo;
- b) o advento do termo contratual, sem que o contrato fosse integralmente cumprido;
- c) a resultante da inexecução parcial ou total do contrato pela concessionária;
- d) a prescrição do direito de ação do concessionário, quanto ao ajuizamento de ações indenizatórias decorrentes da ação do poder concedente;
- e) a extinção dos contratos pelo Poder Público, através de ato unilateral, durante sua vigência, sob o fundamento de razões de interesse público, mediante indenização.

Questão 20

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Goioerê:

- a) são poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário;
- b) não existe a previsão do plebiscito, por ser um instituto privativo da União;
- c) a Lei será emendada, mediante proposta de dois terços dos membros da Câmara Municipal, e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
- d) o controle da Câmara Municipal será exercido pelo Tribunal de Contas, o qual emitirá parecer prévio sobre as prestações de contas encaminhadas semestralmente pelo presidente da Câmara Municipal;
- e) Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituir o Prefeito, no caso de vaga, sob pena de extinção do respectivo mandato.

Questão 21

A verificação da *Responsabilidade do Prefeito* é realizada em processos e juízos diferentes, conforme a natureza da infração, sendo incorreto afirmar:

- a) o crime de responsabilidade e o crime funcional comum são julgados pelo Tribunal de Justiça;
- b) a infração político-administrativa é julgada pela Tribunal de Justiça, em processo especial;
- c) a infração administrativa contra as leis de finanças públicas é julgada pelo Tribunal de Contas correspondente;
- d) em mandado de segurança contra ato administrativo, é competente a Justiça Comum com jurisdição no Município;
- e) as ações cíveis, não decorrentes de atos funcionais, são julgadas pelo juízo cível comum, em procedimento correspondente, sem qualquer privilégio ou prerrogativa processual.

Questão 22

Para fins de responsabilidade cível, podemos afirmar:

- a) o Prefeito e os servidores públicos não se equiparam;
- b) a responsabilidade civil do Prefeito independe de culpa;
- c) a responsabilidade civil do Município depende de culpa;
- d) o Prefeito fica sujeito à responsabilização civil, mesmo se errar em boa-fé, sem abuso de poder, sem intuito de perseguição ou favoritismo;
- e) o Prefeito está amparado pela imunidade absoluta, até dois anos após o término do seu mandato.

Questão 23

No que se refere à competência tributária, analise as três afirmações seguintes, se corretas ou incorretas, cada uma delas, assinalando, logo abaixo, a alternativa correspondente:

- I- O município poderá instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, cobrando-a na fatura de consumo de energia elétrica.
- II- É vedado ao município cobrar tributos antes de decorridos trinta dias da data em que os instituiu ou aumentou, ou no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- III- O município poderá instituir impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.

A alternativa correta é:

- a) I-correta; II-correta; III-incorreta;
- b) I-correta; II-correta; III-correta;
- c) I-correta; II-incorreta; III-incorreta;
- d) I-incorreta; II-incorreta; III-incorreta;
- e) I-incorreta; II-correta; III-incorreta;

Questão 24

A iniciativa para propor emendas constitucionais é mais restrita do que aquela exigida para o processo legislativo ordinário. Assim, analise cada afirmativa a seguir, se correta ou incorreta, quando ao conteúdo, efeitos e forma de proposição, assinalando abaixo a alternativa correspondente:

- I- A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, são direitos sociais, previstos no texto constitucional, sendo a alimentação, no entanto, incluída somente neste ano de 2010 por uma Emenda Constitucional.
- II- A mais que comentada Emenda Constitucional 19/98, que modificou a redação do *caput* do art. 39, retirando a exigência de unicidade do regime de pessoal não está mais vigente, decorrente da Declaração de Inconstitucionalidade da respectiva alteração do texto constitucional.
- III- Pode ser proposta por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

A alternativa correta é:

- a) I-correta; II-correta; III-incorreta;
- b) I-correta; II-incorreta; III-correta;
- c) I-correta; II-incorreta; III-incorreta;
- d) I-incorreta; II-incorreta; III-incorreta;
- e) I-incorreta; II-correta; III-incorreta;

Questão 25

No que se refere aos bens do Município de Goioerê, é incorreto afirmar:

- a) cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara Municipal quanto àqueles utilizados em seus serviços.
- b) estão classificados pela sua natureza e em relação a cada serviço;
- c) a alienação dos bens imóveis dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada a autorização legislativa e a concorrência nos casos de doação e permuta;
- d) a alienação dos bens móveis dependerá apenas de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificado pelo Executivo;
- e) o Município, preferencialmente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.

Questão 26

O Município de Goioerê poderá instituir tributos em diversas situações, exceto:

- a) taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
- b) contribuição para o custeio de sistemas de previdência e assistência social.
- c) imposto sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física;
- d) imposto sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, inclusive os de garantia;
- e) contribuição de melhoria, decorrente de obra pública.

Questão 27

A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, exceto quando este:

- a) utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção;
- b) utilizar-se do mandato para a prática de atos de improbidade administrativa;
- c) fixar residência fora da Comarca;
- d) proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara;
- e) faltar com o decoro na sua conduta pública.

Questão 28

O Poder Público municipal poderá, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento. Para tanto poderá instituir penas sucessivas. Assim sendo, assinale a alternativa que não constitui uma das penas que poderão ser utilizadas:

- a) parcelamento compulsório;
- b) obrigatoriedade de edificação;
- c) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
- d) desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais;
- e) confisco.

Questão 29

Carlos, Éder e Paulo trabalham na empresa IVZ-XY. Durante o período aquisitivo de férias Carlos possuiu 5 faltas injustificadas, Éder possuiu 12 faltas injustificadas e Paulo possuiu 8 faltas injustificadas. Nestes casos, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Carlos, Éder e Paulo terão direito, respectivamente, a:

- a) 24, 18 e 12 dias de férias;
- b) 30, 24 e 18 dias de férias;
- c) 24, 18 e 18 dias de férias;
- d) 30, 24 e 24 dias de férias;
- e) 30, 24 e 15 dias de férias.

Questão 30

Elisa, Rosa, Isabel, Valéria e Sandra são empregadas da empresa IVZ-XX. Elisa possui um filho com 17 anos de idade. Rosa possui um casal de gêmeos com 14 anos de idade. Izabel possui uma filha de 13 anos de idade. Valéria possui uma filha de 11 anos de idade e Sandra possui um filho inválido com 33 anos de idade.

Nesses casos, terão direito ao salário-família apenas:

- a) Rosa e Sandra;
- b) Elisa, Isabel, Valéria e Sandra;
- c) Isabel, Valéria e Sandra;
- d) Valeira e Elisa;
- e) Rosa e Izabel.

GABARITO

QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	